

## **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA**

### **DESPACHO DO DIRETOR-GERAL**

Em 15 de dezembro de 2008

RATIFICO, nos termos dos artigos 26 da Lei nº 8.666/93, e 63, inciso XII, letra 'p', do Regulamento Geral da Secretaria do TST, aprovado pela RA-1.306/2008, a inexigibilidade de licitação para contratar a empresa Technology Supply Informática Com. Imp. Expo. Ltda., para prestação dos serviços de atualização e suporte técnico de licenças de software ACL - Audit Command Language, tendo em vista que o contrato em vigor terminará no próximo dia 18/12. São 9 licenças do ACL Windows e 1 Licença do ACL Server Linux no valor de R\$ 3.596,00 por mês e R\$ 43.152,29 para 12 meses.

ALEXANDRE DE JESUS COELHO MACHADO

## **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

### **RESOLUÇÃO Nº 53, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008**

O CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, em sessão ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.<sup>mo</sup> Conselheiro Rider Nogueira de Brito, presentes os Ex.<sup>mos</sup> Conselheiros Milton de Moura França, Vantuil Abdala, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, José Edílson Eliziário Bentes, Arnaldo Boson Paes, Doris Castro Neves, Rosalie Michaele Bacila Batista, João Carlos Ribeiro de Souza e a Ex.<sup>ma</sup> Juíza Maria de Fátima Coelho Borges Stern, representante da ANAMATRA, conforme disposto na Resolução 001/2005,

Considerando as conclusões do Grupo de Trabalho instituído pelo Ato CSJT.GP n.º 27, de 18 de junho de 2007, encarregado de promover levantamento da realidade da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, resolve:

Art. 1º A estrutura administrativa dos Gabinetes dos Magistrados de segundo grau, relativamente à lotação, à nomenclatura e aos respectivos níveis de retribuição dos Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, fica estabelecida conforme o disposto no Anexo I desta Resolução.



Art. 2º A estrutura administrativa das Secretarias das Varas do Trabalho, relativamente à lotação, fica estabelecida conforme o disposto no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º A estrutura administrativa das Secretarias das Varas do Trabalho, relativamente à nomenclatura e aos respectivos níveis de retribuição dos Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, ficará estabelecida conforme o disposto no Anexo III desta Resolução.

Art. 4º Além do quantitativo de servidores previsto no Anexo II desta Resolução, as Varas do Trabalho com movimentação anual de até 1.000 (mil) processos contarão com 1 (um) Oficial de Justiça, e as Varas do Trabalho com movimentação superior a 1.000 (mil), com 2 (dois) Oficiais de Justiça, ressalvadas as situações especiais, a critério do Tribunal, em decorrência do movimento processual.

Art. 5º As Varas do Trabalho que recebam até 250 (duzentos e cinquenta) processos anuais serão remanejadas para localidades de maior movimentação processual, na forma do art. 28 da Lei n.º 10.770/2003, com criação, na localidade, de Postos Avançados da Justiça do Trabalho (PAJT), vinculados a Varas do Trabalho definidas pelo Tribunal, com lotação de 4 (quatro) servidores e designação de Juiz do Trabalho Substituto para a realização de audiências.

§ 1º A disposição contida no caput deste artigo não se aplica às Varas localizadas em regiões de difícil acesso ou consideradas estratégicas, definidas em ato do Tribunal.

§ 2º As Funções Comissionadas destinadas aos servidores lotados nos Postos Avançados da Justiça do Trabalho e a periodicidade de audiências serão definidas pelo Tribunal correspondente.

Art. 6º Cada Juiz do Trabalho (Titular e Substituto) terá 1 (um) assistente, que ocupará Função Comissionada nível FC-5, sendo que a unidade de lotação do assistente do Juiz do Trabalho Substituto será objeto de definição pelo respectivo Tribunal.

Art. 7º Nos Tribunais Regionais do Trabalho, o quantitativo de servidores vinculados à atividade-meio corresponderá, no máximo, a 20% (vinte por cento) do total de servidores.

Parágrafo único. O Tribunal procederá ao remanejamento de servidores, de modo a manter a proporção fixada no caput deste artigo.

Art. 8º As unidades administrativas dos Tribunais Regionais do Trabalho deverão estruturar-se hierarquicamente em Diretoria-Geral, Secretarias, Coordenadorias, Divisões (se necessário) e Seções.

I - Haverá uma Diretoria-Geral da Secretaria em cada Tribunal Regional do Trabalho.

II - Na estrutura da Diretoria-Geral e das Secretarias poderão ser criadas Assessorias Técnicas.

Art. 9º A nomenclatura das unidades administrativas deverá obedecer ao disposto no Anexo IV desta Resolução.

Parágrafo único. A classificação hierárquica das unidades administrativas será estabelecida pelo respectivo Tribunal.

Art. 10. A nomenclatura dos Órgãos dos Tribunais Regionais do Trabalho deverá obedecer ao disposto no Anexo V desta Resolução.

Parágrafo único. A classificação hierárquica das unidades administrativas de apoio aos Órgãos de que trata o caput será estabelecida pelo respectivo Tribunal.

Art. 11. A alteração da composição de Tribunal Regional do Trabalho somente poderá ser proposta quando a quantidade de processos anualmente recebidos por Magistrado de segundo grau, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos).

Art. 12. A proposta de criação de Vara do Trabalho somente poderá ser apresentada quando a quantidade de processos anualmente recebidos, apurada nos últimos três anos, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos) por Vara do Trabalho, na respectiva localidade.

Art. 13. O quantitativo de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, em cada Região, corresponderá ao número de cargos de Juiz do Trabalho.

Art. 14. Fica autorizada a instituição de Grupos Móveis destinados a auxiliar as Varas do Trabalho em que se verifique aumento, em caráter excepcional e transitório, na movimentação processual.

Parágrafo único. O funcionamento dos Grupos Móveis, relativamente à composição, atribuições e atuação, será regulamentado pelo respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

Art. 15. Para os fins desta Resolução, serão considerados os dados estatísticos relativos à movimentação processual consolidados pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo único. As informações referentes aos dados estatísticos prestadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho deverão considerar a quantidade de processos distribuídos, e não o número de recursos interpostos.

Art. 16. Os Tribunais Regionais do Trabalho implementarão, no prazo de 180 dias, as medidas determinadas nesta Resolução, ressalvadas aquelas que dependam de aprovação de projeto de lei.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO RIDER NOGUEIRA DE BRITO  
Presidente do Conselho

#### ANEXO I

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO		
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - PROCESSOS/ANO		
ATÉ 500 PROCESSOS		
DENOMINAÇÃO PADRONIZADA	NÍVEL	LOTAÇÃO
ASSESSOR	CJ3	1
CHEFE DE GABINETE	FC5	1
ASSISTENTE DE GABINETE	FC5	3
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC3	2

DE 501 A 1000 PROCESSOS		
DENOMINAÇÃO PADRONIZADA	NÍVEL	LOTAÇÃO
ASSESSOR	CJ3	1
CHEFE DE GABINETE	FC5	1
ASSISTENTE DE GABINETE	FC5	5
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC3	2
DE 1001 A 1500 PROCESSOS		
ASSESSOR	CJ3	2
CHEFE DE GABINETE	FC5	1
ASSISTENTE DE GABINETE	FC5	5
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC3	2
DE 1501 A 2000 PROCESSOS		
ASSESSOR	CJ3	2
CHEFE DE GABINETE	FC5	1
ASSISTENTE DE GABINETE	FC5	7
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC3	2
MAIS DE 2000 PROCESSOS		
ASSESSOR	CJ3	3
CHEFE DE GABINETE	FC5	1
ASSISTENTE DE GABINETE	FC5	8
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC3	2
MOTORISTA*	FC3	1

\* A FUNÇÃO DE MOTORISTA, QUANDO HOUVER, DEVE SER ACRESCIDADA AO QUADRO DE FUNÇÕES DO GABINETE.

#### ANEXO II

VARAS DO TRABALHO	
FAIXA - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	LOTAÇÃO
ATÉ 500	7
501 - 750	8
751 - 1000	11
1001 - 1500	13
1501 - 2000	14
2001 - 2500	16
2501 OU MAIS	18

#### ANEXO III

VARAS DO TRABALHO		
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - PROCESSOS/ANO		
PADRÃO DE FUNÇÕES		
ATÉ 500 PROCESSOS		
DENOMINAÇÃO PADRONIZADA	NÍVEL	LOTAÇÃO
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	1
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	1
CALCULISTA	FC4	1
ASSISTENTE	FC2	1
501 A 750 PROCESSOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	1
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	1
CALCULISTA	FC4	1
ASSISTENTE	FC2	2
DE 751 A 1000 PROCESSOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	1
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	2
CALCULISTA	FC4	1
ASSISTENTE	FC2	3
DE 1.001 A 1.500 PROCESSOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	1
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	2
CALCULISTA	FC4	2
ASSISTENTE	FC2	4
DE 1.501 A 2.000 PROCESSOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	2
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	2
CALCULISTA	FC4	2
ASSISTENTE	FC2	4
DE 2.001 A 2.500 PROCESSOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	2
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	2
CALCULISTA	FC4	2
ASSISTENTE	FC2	5
ACIMA DE 2.500 PROCESSOS		
DIRETOR DE SECRETARIA	CJ3	1
ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC5	2
ASSISTENTE DE JUIZ	FC5	1
SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC3	2
CALCULISTA	FC4	3
ASSISTENTE	FC2	6

#### ANEXO IV

UNIDADES ADMINISTRATIVAS
DENOMINAÇÃO PADRONIZADA
ACÓRDOS
ALMOXARIFADO
GESTÃO DOCUMENTAL
RECURSO DE REVISTA
DOCUMENTAÇÃO
CADASTRAMENTO PROCESSUAL
CENTRAL DE MANDADOS
COMUNICAÇÃO SOCIAL
CONTABILIDADE
CONTROLE INTERNO
DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS
PROJETOS
ESCOLA JUDICIAL
ESTATÍSTICA
EXPEDICAO
FORO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
JURISPRUDÊNCIA
LICITAÇÕES E CONTRATOS
MATERIAL E LOGÍSTICA
ORÇAMENTO E FINANÇAS
OUVIDORIA
PAGAMENTO DE PESSOAL
PLANEJAMENTO
POSTO AVANÇADO DA VARA
PRECATÓRIOS
PROTOCOLO
GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SEGURANÇA E TRANSPORTE
SERVIÇO PROCESSUAL
SERVIÇOS GERAIS

#### ANEXO V

ÓRGÃOS DO TRIBUNAL
TRIBUNAL PLENO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
GABINETE DA VICE-CORREGEDORIA REGIONAL
GABINETE DOS JUÍZES DO TRIBUNAL
ÓRGÃO ESPECIAL
SEÇÃO ESPECIALIZADA
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS COLETIVOS
TURMAS
COMISSÕES PERMANENTE DE JUÍZES